

BRASIL – CORRUPÇÃO E IMAGEM NO EXTERIOR

Evilasio J. Araujo¹

Desde que foi deflagrada, na Itália, a *Operação Mãos Limpas*², por um grupo de juízes idealistas e corajosos e diante do próprio resultado daquele esforço cívico em favor da moralidade administrativa, parece que o cenário dos ninhos dos corruptos tornou-se menos inexpugnável e mais claro o seu **modus operandi**. Obviamente, há envolvimentos inopinados na máquina da corrupção mundial – que atua no binômio *política e economia* –, mas, ultimamente, algumas mudanças estão em andamento, à medida que os escândalos, com cifras de bilhões de dólares, passaram a vir à tona. Nossa análise, nesse campo, restringe-se ao enfoque da imagem do Brasil no Exterior, diante de praga que se institucionalizou em nosso país – a quase generalizada corrupção nos Poderes da República.

De fato, algumas facetas da vida nacional favoreceram a visão, decerto oblíqua, de que nestas plagas tropicais sedimentara-se a civilização do **far-niente**, baseada em processos de alienação cultural, em que carnaval, futebol e cachaça comporiam, ao lado dos sonhos dos bicheiros e políticos retardados, a *nacionalidade brasileira*. Para isso, apregoavam-se os bons efeitos da lei do menor esforço, no rasto das condutas sócio-políticas e econômicas de sempre tirar-se vantagem, seja do Estado paternalista falido, seja do cidadão bem-intencionado e honesto, que continuou investindo seus suores no país. O Brasil, após a Constituição de 5 de outubro de 1988, todavia, lançou-se na maior de suas aventuras – a de restaurar-se, **de per si** e paulatinamente, por meio de uma anônima reforma, que passou a palmilhar dois caminhos, um deles sem dar-se conta dos espaços disponíveis e dos benéficos resultados, tem sido a competente atuação de membros do Ministério

¹ Mestre em Relações Internacionais, especialista em América Latina pela Universidade de Brasília, advogado, professor de Direito Internacional Público pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB - e escritor.

² Conf. DEL ROIO, José Luiz. *Itália. Operação Mãos Limpas e no Brasil? Quando?* São Paulo: Ícone, 1993. 224 p

Público – Federal e Estadual. O outro vetor é a ação da imprensa livre e com jornalistas que não temem as intempéries do desagrado dos poderosos.

Com efeito, a primeira e mais tangível dessas veredas, foi a dignificação do Ministério Público, que passou, sistematicamente, a ocupar o até então desconhecido espaço que a sociedade lhe abrira, na Constituinte. Vêem-se, daí, que seus soldados, especialmente os jovens procuradores e promotores, num apego claro e inarredável aos valores maiores da nacionalidade, na defesa da moralidade e da ética administrativas, passaram a zelar pela **res publica**, a despeito das resistências dos políticos contaminados pelo câncer da velha ordem corrupta e avassaladora do exercício da cidadania, a configurar, portanto, uma verdadeira mudança de rumos no país.

Lá fora, temos aquela frase, sobre o Brasil, esse *Estado-Mistério*, de um presidente uruguaio: “Há quatro espécies de Nações: as ricas e as pobres; o Japão e o Brasil. O Japão, que nada possui e é uma grande potência econômica; e o Brasil, que possui tudo e é um país pobre.” Essa conclusão fala da surpresa que causa, nos observadores internacionais, o simples conhecimento das potencialidades brasileiras, em todos os campos, conduzindo o debate à triste e injustificável situação de a grande maioria de nosso povo viver em insuportável gueto nacional de miséria e sob as mais espetaculares promessas – de políticos corruptos e eleiçoeiros – de um porvir diferente.

Lá fora, ainda, desde o **Le Brésil n’est pas un pays sérieux** de De Gaulle, a nossa imagem é a de um Estado à beira do desatino, em que uma guerra civil, nas cidades e no campo, e a múltipla falência do Estado, ora empenhado na estabilização econômica, a qualquer preço, para atender os credores internacionais, que não cessam de criar expectativas de *novos tempos*, são fatos pitorescos de uma práxis política em que, algures, a corrupção vem a público como se apresentasse um **show** à parte. Além dos políticos que disputam os espaços na mídia, para melhor desfiarem suas sujeiras de mãos, pés e alma, agora juízes integram a matula togada, que alarmou a sociedade, desde o episódio do juiz Nicolau e seus sócios.

Naturalmente, neste momento, devemos perscrutar o assombro mundial, ao verem os bilhões de dólares remetidos clandestinamente aos paraísos fiscais, ou até “legalmente”, como no caso no Banestado, valendo-se os safados desses *jeitinhos* que o conivente Estado brasileiro disponibiliza aos corruptos e a toda espécie de bandidos **et caterva**, a incluir até mesmo a legislação pró-criminosos, que dispomos – com todas as escapadelas legais, para o fortalecimento institucional da impunidade e outras **cositas mas**. O receio de muitos de nós, cidadãos-vítimas das ações dos dilapidadores do Estado, é que não haja interesse e compromisso do Governo com a apuração dos crimes de corrupção, haja vista o boicote das CPIs, as mordanças com que ameaçam o Ministério Público e o próprio descaso com o ínfimo aparato da Polícia Federal, agora sob perigoso movimento paredista.

O que fazer-se ante o caos que se avizinha? O lembrete do professor Meira Penna é oportuno: “O Estado não é um pedagogo moral. Não é Pai, nem Santo, nem *Magister*. É apenas coordenador, juiz e policial. Não é ele que pode impor o Altruísmo e a Solidariedade. Só uma estrutura ética pode sustentar e fortalecer a ordem legal da sociedade e do Estado de Direito, reduzindo as tendências naturais do homem ao crime e ao vício.”³ Certamente, nesse contexto, anima a sociedade brasileira o compromisso ético do Ministério Público, da Polícia Federal e dos Tribunais e Juízes com a descoberta, apuração, julgamento e punição de criminosos que nos furtam e não podem ficar impunes. No entanto, é visível a expectativa dos gatunos de que passarão uns poucos meses na cadeia e depois estarão livres para o usufruto dos butins. Se não houver uma recomposição do patrimônio público dilapidado, nossa imagem no Exterior continuará a mesma de sempre. Somos apenas um subproduto de um ensaio de democracia. Nada mais.

Para mudar o quadro, não bastam, porém, apenas os esforços do Ministério Público. As negociatas do Poder Executivo com cargos, na velha política do “*é dando-se que se recebe*”, deverão receber um golpe de morte. “A corrupção influencia a política, mas a política

³ *O Espírito das Revoluções*. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade Editora, 1997, p. 547.

também influencia a corrupção à medida que as pessoas procuram ou defendem posições privilegiadas”, adverte Michael Johnston.⁴ Vivemos em época de rápidas e extremas mudanças. O mundo inteiro vivencia experiências novas, com cenários em vertiginosas alterações. O Brasil ainda pode reencontrar-se, como a Nação que melhor pode prover a seus filhos e à Humanidade, pelas riquezas que possui, incluindo águas, um futuro mais feliz. Isso não será fácil, se o coronelismo incrustado no Congresso Nacional ainda persistir, se a miséria ainda municiar a politicagem, nesse expediente de exclusão da cidadania com o fito de exploração das promessas da hipocrisia. É mister elucidar esses fatos ao eleitor.

Na realidade, não é mais possível abastecer essa ridícula conivência nacional com os políticos das negociatas, com os juízes das vendas de sentenças, abutres que, nas instituições pátrias, acoroçoam o crime, com a impunidade. Albert Calsamiglia pondera: “Na corrupção existe deslealdade e hipocrisia, porque pretende-se parecer honesto diante do sistema normativo, ao qual se expressa adesão retórica, mas, ao mesmo tempo, as obrigações que o sistema normativo estabelece são alvo de traição. E isso visando a um benefício pessoal.”⁵ É preciso sentir revolta com a mácula que, no Exterior, é lançada sobre a imagem do Brasil, mas essa raiva não pode ser dirigida a outros países, e sim, contra este estado de torpor dos legisladores, cuja hipocrisia se percebe na simples resistência às mudanças reclamadas pela sociedade, em termos de penas mais duras para os criminosos.

Por isso, cômicos de que não poderemos acabar com a “natureza corrupta do homem, a *pleonexia* ou ambição de poder, o desejo de sempre mais possuir, a concupiscência das coisas”⁶, devemos conscientizar-nos, porém, que é possível envidar esforços para controlar tais ímpetos, afinal vários países adotaram políticas públicas e se modernizaram em termos de legislação e mais: os corruptos foram

⁴ *Agentes públicos, interesses particulares e democracia sustentável: quando política e corrupção se unem.* In: ELLIOTT, Ann Kimberly (Org). *A Corrupção e a Economia Global*. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 112.

⁵ *Cuestiones de Lealtad. Límites del liberalismo: corrupción, nacionalismo y multiculturalismo.* Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 2000, p. 31.

⁶ *O Espírito das Revoluções*, op. cit., p. 547.

parar nos presídios por dezenas de anos, devolvidos os bens e riquezas dilapidadas pelos bandidos.⁷ Todas as medidas adotadas, para que esse efetivo controle seja tornado exequível decerto melhorarão nossa imagem no Exterior, especialmente quando o Poder Executivo empenhar-se para repatriar os bilhões de dólares depositados em bancos estrangeiros e não tentar cercear os esforços que parlamentares honestos encetam para apurar os crimes contra a economia nacional e não tentar reduzir o Ministério Público a simples miragem democrática. A imagem do Brasil, no Exterior, será outra, se dermos aos corruptos a punição que merecem e se recuperarmos o patrimônio nacional que está em seu poder.

⁷ Ver KLITGAARD, Robert. *A Corrupção sob Controle*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 262 p.